



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSUL Nº 559, de 16 de dezembro de 2024

Aprova a atualização do Regulamento de Afastamento para Qualificação (raq) em Programa de Pós-graduação **Stricto Sensu** e Estágio Pós-doutoral dos Servidores Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização do Regulamento de Afastamento para Qualificação (raq) em Programa de Pós-graduação **Stricto Sensu** e Estágio Pós-doutoral dos Servidores Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flavio Luis Barbosa Nunes
Presidente do CONSUP

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** Regulamento (anexado em 16/12/2024 17:56:53)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A)** - CD0001 - IFSRIOGRAN, em 16/12/2024 19:04:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321118

Código de Autenticação: 37a465f593



REGULAMENTO DE AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO (RAQ) EM PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO **STRICTO SENSU** E ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL DOS SERVIDORES
DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE – IFSul

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º O presente Regulamento disciplina o afastamento de servidoras/es docentes, com a finalidade de qualificação, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS

Art. 2º Estarão aptas/os a postular o afastamento as servidoras e os servidores docentes regularmente vinculados:

I - a Programas de mestrado e de doutorado nacionais reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas modalidades presencial e Educação à Distância (EaD);

II - a Programas de mestrado e de doutorado estrangeiros, nas modalidades presencial e EaD;

III - estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior.

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES DE AFASTAMENTO

Seção I

Do afastamento com contratação de professor/a substituto/a

Art. 3º A concessão do afastamento condicionado à substituição somente será efetuada após homologação e classificação, quando necessária, conforme pontuação explicitada no edital, atendendo à ordem e à disponibilidade de vagas de professor/a substituto/a, por campus de lotação do/a servidor/a.

Parágrafo único. O afastamento somente será efetivado após a contratação do/a referido/a professor/a substituto/a.

Seção II

Do afastamento sem contratação de professor/a substituto/a

Art. 4º Caso a/o candidata/o não tenha sido contemplada/o para afastamento com vaga de contratação de professor/a substituto/a, esta/e poderá se afastar desde que esta condição esteja expressa em ata de área, coordenadoria ou departamento.

Parágrafo único. Na ata deverá constar o compromisso das/os docentes com a absorção da carga horária daquele que se afasta sem substituição, a relação das disciplinas que serão ministradas e as/os respectiva/os docentes responsáveis.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA AFASTAMENTO

Art. 5º Os afastamentos para qualificação serão concedidos mediante submissão e aprovação de projeto específico, nos termos do edital institucional de fluxo contínuo.

Art. 6º Deverão participar do edital institucional de fluxo contínuo todas/os as/os servidoras/es que postularem afastamento, com ou sem a previsão de contratação de professora ou professor substituta/o.

Art. 7º A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) será responsável pela avaliação dos processos de afastamento submetidos ao edital de fluxo contínuo, com o apoio consultivo da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP) para esclarecimentos sobre questões acadêmico-científicas.

§1º O edital de fluxo contínuo, reeditado anualmente, tem por objetivo selecionar e classificar as/os servidoras/es para afastamento integral, com base em projetos de qualificação docente.

§2º Durante a vigência do edital, havendo disponibilidade de vagas, as/os candidatas/os poderão se inscrever a qualquer tempo, desde que tenham projetos deferidos pelo Reitor e os documentos obrigatórios descritos no edital.

§3º Após a publicação do edital, trimestralmente será publicado o quantitativo de vagas disponíveis para os afastamentos com contratação de professor/a substituto/a, obedecendo o percentual previsto na Resolução CONSUP/IFSul nº 359/2023 ou regulamentação superveniente.

Art. 8º A distribuição das vagas será feita proporcionalmente ao número de inscrições em cada nível de capacitação de cada câmpus, obedecidas as seguintes regras:

I - $(\text{n}^\circ \text{ de inscrições de mestrado} / \text{total de inscrições}) \times \text{total de vagas disponíveis} = \text{Total de vagas de afastamento de mestrado};$

II - $(\text{n}^\circ \text{ de inscrições de doutorado} / \text{total de inscrições}) \times \text{total de vagas disponíveis} = \text{Total de vagas de afastamento de doutorado};$ e

III - $(\text{n}^\circ \text{ de inscrições de pós-doutorado} / \text{total de inscrições}) \times \text{total de vagas disponíveis} = \text{Total de vagas de afastamento de pós-doutorado}.$

§1º Havendo ao menos três vagas no câmpus, garantir-se-á uma vaga por nível de qualificação= mestrado, doutorado e pós-doutorado.

§2º Havendo menos de três vagas, será priorizada a sequência de atendimento: mestrado, doutorado e por fim pós-doutorado.

§3º Os projetos de capacitação em que a formação pretendida já tenha sido alcançada pelo/a servidor/a serão classificados para afastamento após todos os demais.

§4º Havendo empate do número de inscrições e uma única vaga disponível, será considerada, para fins de classificação, a maior pontuação obtida, conforme critérios dispostos no Capítulo V deste Regulamento.

Art. 9º Em casos cujo cálculo da relação entre o número de inscrições para cada nível qualificação e o total de vagas disponíveis se dê de maneira fracionada, será aplicado, até a primeira casa decimal, o arredondamento dos valores obtidos para o maior valor.

§1º Quando o número obtido pelos cálculos e arredondamentos não coincidir com o número de vagas disponíveis, será definido, como requisito para o preenchimento da vaga conflitante, o maior valor numérico por casa decimal, sendo desconsiderados os números inteiros que componham cada resultado.

§2º Para fins de desempate, quando os resultados obtidos para cada nível de qualificação apresentarem casas decimais iguais, a vaga será destinada àquele câmpus com maior número de inscritos.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 10. O edital de fluxo contínuo especificará a pontuação a ser atribuída às/aos candidatas/os para fins de classificação, sendo valorizados, exclusivamente, os seguintes critérios:

I - cursos de áreas diretamente relacionadas com a Educação, com a atuação ou com a formação da/o docente, de acordo com as grandes áreas do conhecimento estabelecidas pela CAPES;

II - tempo de efetivo exercício no câmpus onde a/o docente está lotada/o;

III- tempo de efetivo exercício na carreira docente da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) da rede federal, fora do câmpus de lotação da/o docente;

IV - avaliação do Programa junto à CAPES;

V - distância superior a duzentos km entre o câmpus de lotação e a instituição-sede do Programa de Pós-graduação ou do estágio pós-doutoral, exclusivamente na modalidade presencial;

VI - maior pontuação para docentes nunca contempladas/os com afastamento para qualificação; e

VII - pontuação da/o docente na avaliação de desempenho.

Parágrafo único. Em caso de empate, será aplicado o critério adicional de maior idade.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA SERVIDORA OU PELO SERVIDOR

Art. 11. O/A servidor/a afastado/a para cursos de Pós-graduação deverá comunicar à PROGEF qualquer fato que altere a situação do afastamento.

Art. 12. Após a conclusão, o/a servidor/a terá o prazo de doze meses para apresentar à PROGEP o diploma de mestrado, de doutorado ou, ainda, o certificado de estágio pós-doutoral obtido em instituições nacionais ou em instituições estrangeiras, já com o devido reconhecimento.

Parágrafo único. A não comprovação da conclusão no prazo estabelecido acarretará processo de devolução ao erário, de acordo com Decreto nº 9.991/2019, ou legislação superveniente.

Art. 13. O/A servidor/a que concluir seus estudos em Programas de Pós-graduação (PPG) no exterior será responsável pela tramitação do processo de reconhecimento de diplomas, de acordo com os critérios estabelecidos no Brasil, conforme Resolução CNE/CES nº 3/2016, Portaria Normativa MEC nº 22/2016 e a Portaria MEC nº 1.151/2023 ou legislação superveniente.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As contratações para substituir docentes em processo de qualificação obedecerão às Resoluções CONSUP/IFSul nº 2/2019 e CONSUP/IFSul nº 359/2023.

Art. 15. É vedado à/ao docente firmar contrato de trabalho para vigorar durante o período do afastamento para qualificação, realizado nos termos da legislação vigente, bem como atuar em qualquer outra atividade remunerada, incluídas as promovidas pelo IFSul.

§1º Às/aos docentes que não tenham Dedicação Exclusiva (DE) é permitida a manutenção de contratos de trabalho firmados em data anterior à solicitação de afastamento.

§2º Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão poderão ser realizadas com apoio de bolsas, desde de que estejam em consonância com o Regulamento de Bolsas do IFSul e vinculadas ao projeto de capacitação da servidor/a.

Art. 16. A utilização do prazo máximo estabelecido por lei para o afastamento, obriga a servidor/a ao retorno imediato às atividades.

Parágrafo único. A conclusão integral do objeto do afastamento obriga a servidor/a ao retorno imediato às atividades, mesmo que na Portaria de Afastamento conste um tempo maior.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela PROGEP e pela PROPESP, conjuntamente, atendendo à legislação vigente.

Documento Digitalizado Público

Regulamento

Assunto: Regulamento
Assinado por: -
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples